



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/GDG N. 650 DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, X, alínea *b*, do Manual de Organização do STJ e considerando a Resolução CNJ n. 207, de 15 de outubro de 2015, bem como o Processo STJ 26251/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do STJ.

Parágrafo único: O objetivo do comitê é a participação na governança colaborativa da Política de Atenção Integral à Saúde em nível local, em conformidade com o Capítulo IV da Resolução CNJ n. 207/2015.

Art. 2º São atribuições do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do STJ, sem prejuízo de outras necessárias ao cumprimento dos seus objetivos:

I – implementar e gerir a Política no seu âmbito de atuação, em cooperação com as unidades de saúde;

II – fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política, em conjunto com as unidades de saúde;

III – atuar na interlocução com o CNJ, com a Rede de Atenção Integral à Saúde, com o Comitê Gestor Nacional, com os demais comitês gestores locais e com as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

IV – promover, em cooperação com as unidades de saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política;

V – auxiliar a administração do Tribunal no planejamento orçamentário da área de saúde;

VI – analisar e divulgar os resultados alcançados.

Art. 3º O comitê será integrado pelos seguintes servidores:

I – Daily Margoto Filho, matrícula S024184 (coordenador);

II – Fabio Pereira Angelim, matrícula S046900 (coordenador substituto);

III – Solange da Costa Rossi, matrícula S019474;

IV – Jesus Enir Estigarraga Silveira, matrícula S034708;

V – Cledson Reis Silva, matrícula S049942.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Guimarães Marques, Diretor-Geral**, em 30/08/2019, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1717773** e o
código CRC **8B63EC66**.
